

O PLANO MUNICIPAL DE **DIREITOS HUMANOS** DE GUARULHOS

Como seria viver em uma cidade onde houvesse o respeito à diversidade? Como construir políticas públicas que garantam que TODOS, independentemente de seu poder aquisitivo, tenham acesso aos seus direitos, como saúde, moradia, transporte, educação, alimentação, etc? Como aumentar a segurança para TODOS, principalmente para as populações mais vulneráveis à violência, para que o direito à vida seja de TODOS?

O Plano Municipal de Direitos Humanos reúne ações que visam reconhecer e proteger os indivíduos como iguais na diferença, ou seja, valorizar a diversidade presente na população de nossa cidade garantindo acesso igualitário aos direitos fundamentais.

E aponta para a garantia de acesso de todos os indivíduos aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, assim como aponta caminhos para institucionalizar o fluxo de denúncias de violações de direitos humanos e o atendimento às vítimas.

O desafio maior para o Plano de Direitos Humanos, que contribuirá diretamente com a sua efetivação, será a consolidação do seu conteúdo em Lei Municipal, para tanto será encaminhado à Câmara de vereadores.

Mais informações sobre o
Plano Municipal de Direitos Humanos:
<https://forumdireitoshumanos.guarulhos.sp.gov.br>



Secretaria de Direitos Humanos

Grupo de Trabalho Técnico Intersetorial de
Direitos Humanos de Guarulhos



PLANO MUNICIPAL DE **DIREITOS HUMANOS** DE GUARULHOS



O QUE É O PLANO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS?

Um plano é o resultado de um planejamento para se alcançar um cenário desejável. É um documento que orienta a atuação no município sobre direitos humanos. O Plano é formado por um conjunto de diretrizes, objetivos e ações planejadas para o município elevar o respeito à diversidade social, promover a equidade social e diminuir as violações de direitos humanos.

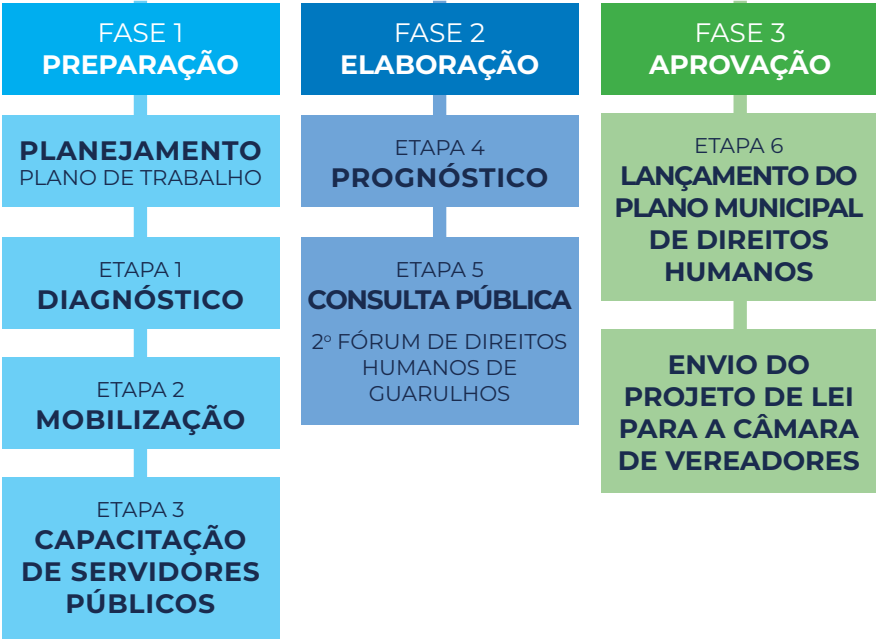
Todas as ações presentes no Plano deverão ser transformadas em políticas públicas e implementadas por todas as secretarias da Prefeitura de Guarulhos, em conjunto com a sociedade civil.

Parceria e colaboração são fundamentais para tirar o Plano do papel e torná-lo realidade, tanto entre poder público e sociedade, quanto entre o executivo e o legislativo, assim como entre município, estado, governo federal e órgãos internacionais.

As ações possuem metas classificadas em curto, médio e longo prazo, sendo que o Plano tem validade de 10 anos e deverá ser revisto e atualizado a cada 4 anos, pois poderão surgir cenários não previstos a época de sua elaboração, ou algumas metas precisarão ser revistas.



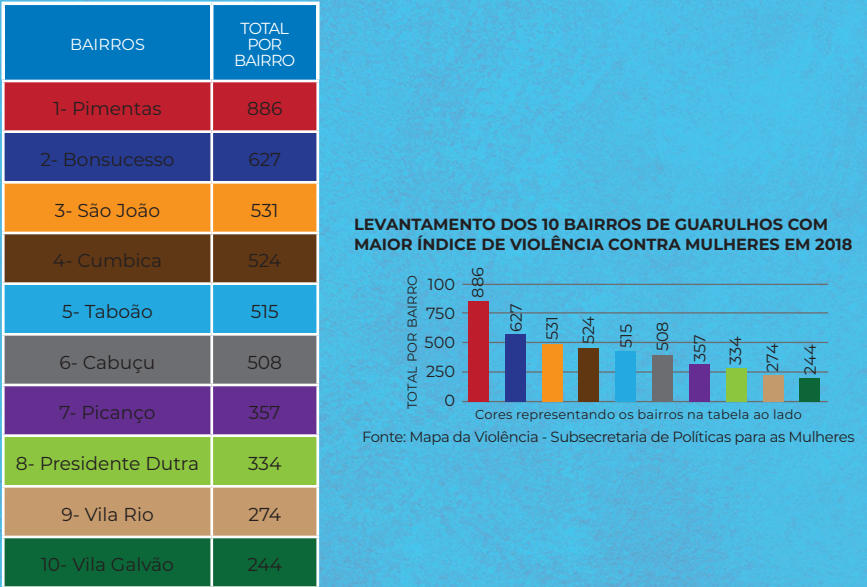
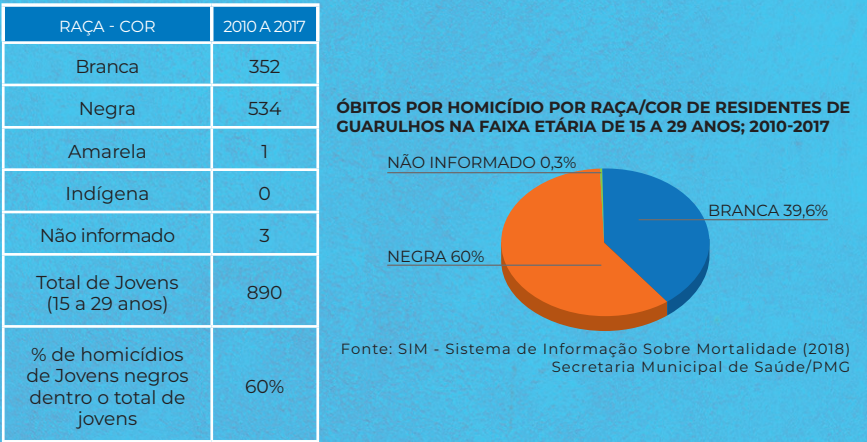
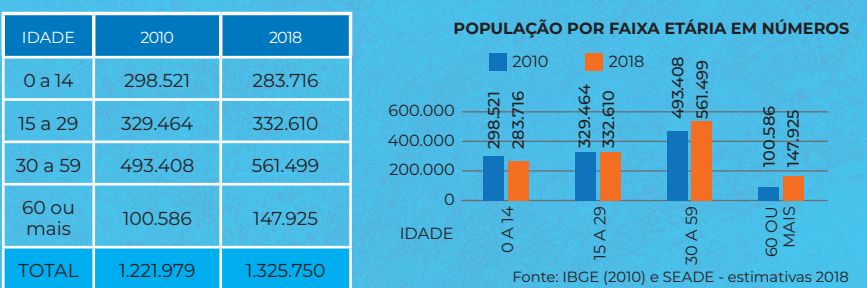
MÉTODO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO



DADOS E INDICADORES DE DIREITOS HUMANOS

A elaboração de todo Plano é iniciada pelo Diagnóstico, ou seja, um estudo sobre os dados e indicadores da realidade para a qual o Plano vai traçar políticas públicas de transformação. E como decidir as prioridades para melhorar no município se não conhecermos os dados da população e as questões mais críticas?

EM GUARULHOS A POPULAÇÃO TEM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO:



PEQUENO HISTÓRICO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

A construção realmente participativa do Plano Municipal de Direitos Humanos deu qualidade e pluralidade ao mesmo.

A demanda por um Plano Municipal surgiu dos participantes do 1º Fórum de Direitos Humanos de Guarulhos, que contou com a presença de mais de 600 pessoas, no dia 11 de dezembro de 2018 no Centro Municipal de Educação Adamastor.

Foram instâncias de participação:

Os **Pré-Fóruns** foram propostos e organizados pela sociedade civil e Universidades, que entenderam a importância em levar para o maior número de pessoas as discussões sobre o Plano de Direitos Humanos de Guarulhos, qualificando propostas para apresentar na Consulta Pública do Plano. Foram 10 Pré-Fóruns realizados com as seguintes temáticas: Direitos Humanos e Pessoas em Situação de Privação de Liberdade; Políticas Públicas para a Pessoa Idosa de Guarulhos; Políticas de enfrentamento a todas as formas de violência contra as Mulheres; Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente; Educação em Direitos Humanos; Sustentabilidade e Direitos Humanos; Direito à infância sem pornografia; Contra o genocídio da juventude negra.

O poder público, junto com Universidades, também realizou etapas preparatórias para discutir o Plano Municipal de Direitos Humanos, por meio de **Seminários e Encontros**.

Os **Conselhos Municipais de Direitos da Criança e Adolescente**, do Idoso e da Assistência Social tiveram grande envolvimento ao colocar na pauta de reuniões ordinárias o Plano e organizando os Pré-Fóruns.

A **Consulta Pública** foi o momento oficial, aberto a toda a população, para apresentação de propostas de melhoria na minuta do Plano Municipal de Direitos Humanos. Ocorreu durante o 2º Fórum de Direitos Humanos de Guarulhos – Intermunicipal, dia 10 de dezembro de 2019, no Centro Municipal de Educação Adamastor, em 6 salas temáticas. Sendo assim, o Plano é resultado de intensa participação democrática, e espera-se que sua implementação seja da mesma forma acompanhada pela sociedade civil, no exercício do tão importante controle social.